

# Só consenso muda a Carta

CATARINA GUERRA  
Da Editoria de Política

Resume-se a meia dúzia o número de itens que estão com sua modificação no segundo turno praticamente definida. Entre eles, alguns são polêmicos, como o tabelamento da taxa de juros, e outros são fruto de equívocos já reconhecidos consensualmente — a estatização dos hemoderivados e a anistia tributária, por exemplo.

O turno máximo de seis horas para trabalho em revezamento, a definição do número de dias da licença paternidade e o direito do funcionário público de escolher se vai se aposentar pela nova Constituição ou pela Carta em vigor na data de sua admissão são outros pontos cuja alteração é tida como certa entre as lideranças. Fora daí, muito pouca coisa deve ser mudada no segundo turno.

Os líderes marcaram reuniões durante todas as manhãs da próxima semana para tentar costurar alguns acordos. Mas o entendimento especialmente sobre as questões mais polêmicas, é muito difícil. Sem ele, no entanto, será quase impossível obter 280 votos em plenário para aprovar mudanças.

A menos de quatro meses das eleições municipais, o quorum médio em plenário não deve ser muito superior a 350 constituintes, a despeito dos esforços que os partidos já começaram a fazer para trazer suas bancadas para votar. E em tempos de quorum baixo, só costumam ser aprovadas questões praticamente consensuais.

Este é um quadro mais favorável às esquerdas, que têm maior interesse em manter as conquistas sociais obtidas no



Carlos Sant'Anna

primeiro turno a fazer grandes mudanças nesta reta final.

Uma das questões que a esquerda considera fundamental modificar no segundo turno é a reforma agrária, permitindo a desapropriação das terras produtivas. Para isso ela terá o

apoio das lideranças do PMDB e do PSDB, mas mesmo assim é improvável que consiga ampliar os dispositivos da reforma agrária.

O Governo elaborou uma lista de 23 itens considerados de alteração fundamental, mas o próprio líder Carlos Sant'Anna se encarregou de reduzir a lista a um máximo de 12 pontos ao se convencer da impossibilidade de manter o quorum alto durante as votações.

Entre os itens que a liderança do Governo pretende derrubar estão o direito de greve nas atividades essenciais, o voto aos 16 anos, a aposentadoria proporcional, a anistia aos pequenos e microempresários e a transferência, para os Estados, de 20 por cento da arrecadação dos impostos instituídos pela União no exercício.

## O QUE DEVERÁ SER MUDADO

— Tabelamento da taxa de juros em 12 por cento ao ano. A tendência é pela remissão do índice de 12 por cento para o capítulo das Disposições Transitórias até que seja votada lei regulamentando este índice.

— Estatização dos bancos de sangue e hemoderivados. Há consenso na retirada da estatização dos hemoderivados. O dispositivo foi aprovado por engano no primeiro turno: são inúmeros os medicamentos fabricados a partir do sangue e sua estatização é inviável.

— Licença-paternidade de oito dias. A es-

querda não abre mão dos oito dias, mas no PMDB há a perspectiva de um acordo para manter o princípio na Constituição e remeter a regulamentação do número de dias para lei complementar.

— Turno de no máximo seis horas para trabalho em revezamento, salvo acordo ou convenção coletiva. Ainda no primeiro turno foi acertado acordo para retirar a palavra "máximo".

— Anistia aos devedores do Imposto de Renda. A proposta deve cair integralmente.

## PONTOS AINDA SEM ACORDO

— Anistia aos pequenos e microempresários urbanos e rurais. Tanto há emendas para acabar com a anistia como para ampliá-la.

— Aposentadoria aos 25 e 30 anos para professoras e professores de 1º e 2º grau. Foram apresentadas 36 emendas para estender a aposentadoria antecipada aos professores universitários. Embora tenha sido a matéria recorrente em emendas no segundo turno, nada indica que a ampliação do benefício será aprovada.

— Voto aos 16 anos.

— Jornada de 44 horas. A esquerda quer reduzir a jornada semanal para 40 horas suprimindo a expressão "e quatro" do texto.

— Reforma agrária. PMDB, PSDB e esquerdas querem suprimir a proibição de desapropriação de terras produtivas para reforma agrária.

— Direito de greve em atividades essenciais. PMDB, PSDB e esquerdas querem o restabelecimento do texto original aprovado no primeiro, que foi modificado pelo relator Bernardo Cabral.

— Direito do servidor público de escolher se irá se aposentar pela Constituição em vigor na data de sua admissão ou pela nova Carta. A supressão do dispositivo foi proposta pelo senador Almir Gabriel (PMDB-PA) e nenhum grupo tem especial interesse na sua manutenção.